



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Comunicado

Acordo de Princípios para a Revisão do ECD e do Modelo de Avaliação

Em sede de negociação, a direcção do SPLIU, tal como as demais partes envolvidas, é confrontada permanentemente com um dilema, que é o de decidir, em representação dos seus associados, qual a posição a tomar no momento decisivo: aceitar um acordo, que, por definição, implica cedências mútuas, ou, manter uma posição intransigente baseada no "tudo ou nada".

O SPLIU, como todos sabemos, não é um sindicato radical, insensível aos consensos. Pelo contrário, o seu percurso identifica-se mais com o diálogo em sede negocial do que com outras formas de luta. Em todo o caso, quando necessário, o SPLIU não deixou de participar com os demais sindicatos e a generalidade dos docentes em todas as manifestações de descontentamento.

Desde que tomou posse a nova equipa do ME, o SPLIU reencontrou finalmente nas negociações que manteve com o Governo uma postura de diálogo sério, aberto, repleto de sinais de que as cedências teriam de ser de todas as partes envolvidas, incluindo do próprio ME. O contraste com a atitude da anterior equipa ministerial, chefiada por Maria de Lurdes Rodrigues, não poderia ser mais evidente.

Reunidas estas novas circunstâncias, impunha-se que o SPLIU, também imbuído da mesma postura, soubesse aproveitar esta nova oportunidade para fazer valer os seus pontos de vista, que são os dos professores que representa, não desconhecendo que da outra parte interlocutora, o Governo, se encontra legitimado pelo voto dos portugueses.

O ponto de partida para as negociações, como é sabido, é o regime legal ainda vigente:

- 1- a existência de duas categorias (a de professor e a de professor titular);
- 2- dois terços dos docentes impedidos de aceder ao topo da carreira;
- 3- a prova de ingresso na carreira aplica-se a docentes a exercer funções, independentemente de integrem o ensino público, particular ou cooperativo;

O ponto de chegada, após o acordo firmado entre o ME e os sindicatos subscritores, foi, no essencial, o seguinte:

- 1- terminou a divisão artificial da carreira docente em duas categorias, foco de um gigantesco descontentamento da nossa classe profissional;
- 2- garantiu-se que todos os docentes, avaliados com Bom, acederão ao topo da carreira, ainda que a um ritmo desigual com outros docentes;
- 3- garantiu-se que todos os docentes que se encontrem no índice 340 há mais de seis anos e que reúnam os requisitos necessários para aposentação serão, a partir de 2012, reposicionados no novo índice salarial 370;



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

- 4- garantiu-se que a nenhum professor que se encontra em exercício e tenha sido avaliado com menção igual ou superior a Bom, se aplica a prova de ingresso;
- 5- garantiu-se que este modelo de avaliação, no final do primeiro ciclo de aplicação, será revisto, tendo em vista o seu aperfeiçoamento.

Atento o acordo alcançado, o ME comprometeu-se a antecipar para 2011 o novo concurso para ingresso nos quadros de mobilidade, aberto a todos os docentes, segundo novas regras a definir, antecipando em 2 anos o prazo previsto.

Este acordo, não sendo seguramente o ideal para todos os nossos associados, constitui um passo positivo no sentido da pacificação da classe docente e das nossas escolas.

No entanto, há ainda alguns aspectos que merecem a discordância do SPLIU, pelo que tudo fará para os alterar:

- 1- Os ciclos de avaliação de 2 anos e as vagas no 5º e 7º escalões;
- 2- As quotas na avaliação e a não contagem integral do tempo de serviço, nomeadamente os 28 meses de tempo serviço congelado (a negociar em sede de concertação social, pois advém de legislação geral da Administração Pública).

Por outro lado, este acordo é um ponto de partida no sentido de serem iniciadas novas negociações, já agendadas para o dia 20 de Janeiro, para concretizar sob a forma de diplomas legais o acordado, bem como em novas e importantes matérias, nomeadamente sobre os horários dos docentes, as respectivas condições de trabalho, a crise de autoridade dos professores, a gestão das escolas, o estatuto do aluno e a reorganização curricular.

Uma palavra final é essencial ser dita aos nossos associados, simpatizantes e classe docente em geral: sem a luta determinada dos professores, na rua, nas escolas e em todos os locais e momentos não teria sido possível levar este Governo, chefiado pelo mesmo Primeiro Ministro do anterior, a recuar de forma tão significativa relativamente às políticas educativas ora negociadas.

Este é um momento que deve ser enaltecido por todos aqueles que, ao longo dos últimos 4 anos, tudo fizeram para pacificar a escola portuguesa, fazendo regressar a sensatez a uma área vital da nossa vida colectiva: a Educação.

A Direcção Nacional